

Relatora aumenta previsão de investimentos em 7,6%



Moreira, Mariz/Senado Federal

Serys Slhessarenko considera longe do necessário valor para obras de infraestrutura, que atinge 4% do Orçamento

A proposta de Orçamento da União que deve ser votada hoje na Comissão Mista de Orçamento (CMO) e amanhã pelo Congresso, baseada no parecer da senadora Serys Slhessarenko, mostra um terço das receitas comprometido com a rolagem da dívida, alto índice de despesas obrigatórias (83%) e apenas 4% dos mais de R\$ 2 trilhões destinados a investimentos, valor considerado pela própria relatora distante das necessidades do país. **3**

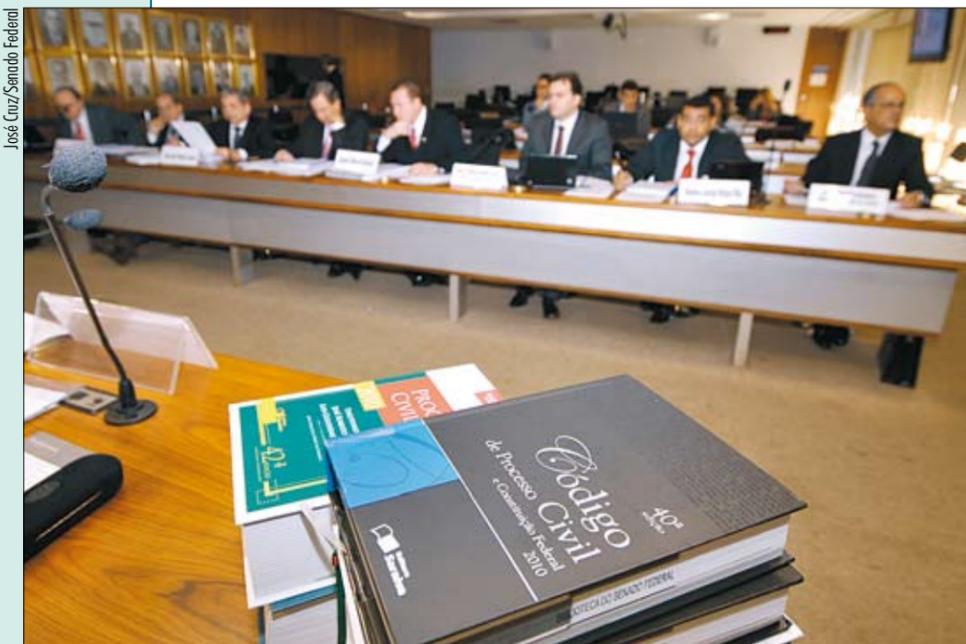
Relatora Serys Slhessarenko e presidente da CMO, deputado Waldemir Moka: oito reuniões agendadas hoje e amanhã para não atrasar cronograma

especial Cidadania

CPC traz nove saídas para desafogar Justiça

Confira os principais instrumentos criados pelo projeto de novo Código de Processo Civil, aprovado pelo Senado. **4**

Comissão de juristas elaborou o anteprojeto de modernização do código, que agora será votado pela Câmara dos Deputados



José Cruz/Senado Federal

Alvaro critica e Gilvam elogia balanço do governo Lula **3**

Senadora exalta medidas do Brasil na área ambiental **3**



Jonas Pereira/Senado Federal

Sarney diz que os novos canais de transmissão aumentarão a transparência dos trabalhos do Senado

TV Senado celebra 15 anos com entrada na era digital **2**

Onde estão as emissoras da Rádio e da TV Senado



* Em janeiro entra em operação a TV e a Rádio Senado em Rio Branco. Ainda no primeiro semestre, a Rádio Senado deve entrar no ar também em Teresina, por meio de convênio com a Assembleia Legislativa do Piauí

Na cerimônia de inauguração, José Sarney afirma que novo sistema contribuirá para o aumento da transparência e da participação da sociedade nas atividades da Casa



Sarney, entre Haroldo Tajra e Pedro Costa, acompanha exposição do diretor de Comunicação Social, Fernando Cesar Mesquita

TV Senado inicia transmissão por sinal digital em Brasília

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, realizou ontem a cerimônia de inauguração do sinal digital da TV Senado em Brasília. O ato marcou o início das comemorações dos 15 anos da emissora, que entrou no ar em fevereiro de 1996.

A transmissão do canal digital já está operando em fase de testes e estará em pleno funcionamento a partir de 20 janeiro de 2011. O sistema permitirá que a TV opere em regime de multiprogramação, ou seja, poderão ser transmitidos até quatro canais ao mesmo tempo.

Em seu discurso, Sarney disse acreditar que os quatro canais de TV aberta, além dos quatro já à disposição no site da TV Senado na internet, contribuirão para o aumento da transparência e da participação da sociedade nas atividades do Legislativo.

Além disso, segundo o presidente, ajudarão a resolver um antigo problema do sistema de comunicação do Senado:

– Muitas vezes, acontecem seis, sete, até oito reuniões de comissões ao mesmo tempo. Nelas, são discutidos e votados projetos e realizadas audiências públicas sobre assuntos de interesse nacional. Como o espectador poderá acompanhar ao vivo várias atividades, poderemos acabar com a briga entre as comissões – brincou Sarney.

O senador se disse orgulhoso dos resultados obtidos pela TV Senado e pelos demais veículos da Secretaria Especial de Comunicação Social da Casa, criada por iniciativa sua, em 1996.

Ele ressaltou o esforço para responder à demanda por informações a respeito das atividades do Legislativo com a inserção do Senado nas mídias sociais. Também disse que o momento é de expansão, com a transmissão da TV Senado em canal aberto para todo o Brasil. Dez estados já recebem o sinal.

A TV Senado inaugurou suas transmissões de alcance na-

cional em 1996, no sistema a cabo, com o objetivo de levar informação sobre o trabalho legislativo ao cidadão. Em junho de 2000, alcançou as antenas parabólicas de todo o país e, no ano seguinte, o sinal ao vivo estava na internet.

Em 2006, a emissora iniciou a sua rede de transmissão de TV aberta em padrão UHF analógico. Desde abril deste ano, transmite sinal de TV digital em São Paulo utilizando equipamentos e subcanalização da TV Câmara.

A estação digital própria de Brasília funcionará como um laboratório para a TV Senado testar outros recursos do sistema brasileiro de TV digital, o ISDB-Tb. Com a transmissão na tecnologia One Seg, por exemplo, a TV Senado poderá ser recebida por dispositivos móveis, como pequenos aparelhos de TV e telefones celulares. Outra funcionalidade da TV digital a ser explorada é a interatividade.

Diretor destaca os avanços dos veículos de comunicação da Casa

O diretor de Comunicação Social do Senado, Fernando Cesar Mesquita, fez um balanço das atividades do setor nos dois anos da gestão de José Sarney.

Ele expôs dados e cumprimentou as equipes das secretarias de Pesquisa e Opinião Pública, de Relações Públicas, de Projetos Especiais, além da TV, da Rádio, do Jornal e da Agência Senado pelos avanços.

Fernando Cesar destacou os prêmios obtidos pela rádio em

concursos nacionais, chamou a atenção para a reformulação do Portal de Notícias da Casa e a entrada da Agência Senado nas mídias sociais, em especial no Twitter. Por fim, comemorou a elaboração de um plano estratégico para a secretaria, que traçou as metas para os próximos oito anos.

No início de dezembro, o **Jornal do Senado** publicou revista de balanço legislativo e administrativo do biênio, que pode ser lida em <http://migre.me/35fXO>.

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) requereu ontem voto de pesar pelo falecimento do ex-vereador, professor de história e comunicador Jaber Moisés Xaud. O pioneiro de Roraima faleceu aos 79 anos, no sábado passado, de câncer de próstata. Ele foi o primeiro colonista social do estado e teve trajetória destacada também como radialista. – O mestre Jaber, no campo político, chefiou o gabinete de vários governos do estado e foi vereador da capital. O professor Jaber teve destaque também na cultura estadual, era amante das artes.

Mão Santa critica esquema de corrupção no Piauí



Mão Santa

Depois de isentar o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de responsabilidade, o senador Mão Santa (PSC-PI) disse ontem que “nunca antes houve tanta corrupção eleitoral no Brasil” como no pleito deste ano.

Segundo Mão Santa, no Piauí também funcionou esquema de corrupção instalado no Ministério do Turismo, com o patrocínio de festas de Carnaval fora de época, as “micarês”.

Heráclito Fortes cobra liberação de emendas



Heráclito Fortes

Heráclito Fortes (DEM-PI) reclamou que as emendas ao Orçamento feitas por parlamentares da oposição estão sendo contin-

genciadas.

– Não é um fato isolado, é regra – afirmou, qualificando a discriminação como criminosa.

Ele citou como exemplo emendas de sua autoria para obras de saneamento básico em Picos (PI) e em Teresina que não foram empenhadas.

Gurgacz defende ampliação de limite para micros



Acir Gurgacz

Acir Gurgacz (PDT-RO) pediu apoio para que tramite em regime de urgência seu projeto que eleva a R\$ 72 mil anuais o teto de faturamento para enquadramento como microempreendedor individual (MEI) e autoriza, nesse caso, a contratação de dois funcionários (PLS 195/10). Hoje, para enquadramento no sistema, o empresário deve faturar no máximo R\$ 36 mil e ter apenas um empregado.

Efraim lamenta a morte de médico e político paraibano



Efraim Morais

Efraim Morais (DEM-PB) requereu voto de pesar pela morte do ex-prefeito de Cajazeiras (PB) e médico Epitácio Leite Rolim. Ele faleceu em João Pessoa aos 81 anos, na sexta-feira, e vinha há anos lutando contra o câncer.

– Epitácio cumpriu três mandatos como prefeito de Cajazeiras, dois de deputado estadual e foi o primeiro prefeito do município paraibano de Cachoeira dos Índios.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.asp

Plenário Cinco PECs na pauta de votações

14h Cinco propostas de emenda à Constituição integram a pauta do Plenário. Entre elas, a que inclui a Caatinga como patrimônio nacional.

Presidência Ordem do dia é principal atividade

12h O senador José Sarney recebe o deputado João Paulo Cunha (PT-SP). Às 16h, preside a ordem do dia da sessão plenária.

CMO Quatro reuniões marcadas para hoje

10/14/18/20h Reuniões da Comissão Mista de Orçamento para discussão e votação do relatório final do Orçamento da União para 2011.

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no **Jornal do Senado** pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: *
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

*Cargo vago após renúncia de Marconi Perillo

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Mão Santa • Alvaro Dias • Gilvam Borges • Antonio Carlos Júnior

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Silvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle
Reportagem: Cintia Sasse e Rafael Faria
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333
Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Quase 83% das despesas da União em 2011 são de caráter obrigatório e um terço de todas as receitas será destinado a refinarciar a dívida pública

Obras para a Copa do Mundo obtêm R\$ 360 mi adicionais

Apesar do corte de R\$ 3 bilhões negociado pelo Ministério do Planejamento com a relatora-geral, Serys Slhessarenko, foram acrescentados à proposta R\$ 360 milhões para a execução de obras relacionadas à realização da Copa do Mundo de 2014, distribuídos entre 12 estados-sede, conforme indicação das respectivas bancadas.

A própria implementação do corte traz uma inovação: os R\$ 3 bilhões passaram a compor reservas de contingência vinculadas a cada um dos órgãos alcançados pela contenção. Esse mecanismo permitirá ao governo reavaliar, no decorrer do exercício de 2011, a possibilidade de realização dessas despesas, "tendo em conta o desempenho da arrecadação federal e a necessidade de cumprir a meta do superávit primário".

Se ganha carta branca do Congresso para gastar ou não esses R\$ 3 bilhões, o governo terá de conviver com uma proibição

imposta na execução orçamentária em 2011 que não constava no projeto original: é vedado o cancelamento de quaisquer valores incluídos ou acrescidos por emendas parlamentares.

Irregularidades

Das obras que integram o programa de investimentos da União e das estatais, 32 cairam inicialmente na malha de fiscalização do Tribunal de Contas da União (TCU) com indícios de irregularidades graves que poderiam impedir a continuidade da aplicação de recursos do Orçamento de 2011. Serys destacou, na solução desse problema, a ação do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves (COI).

Depois de reunião entre o COI e representantes do TCU com gestores das obras, a lista caiu para apenas seis – o menor número desde que a sistemática foi instituída.

Esforço concentrado para votar relatório já começou

Com a apresentação do relatório final de Serys Slhessarenko (*íntegra disponível em www.senado.gov.br*), a CMO marcou uma série de reuniões nesta semana para votar o Orçamento da União de 2011 (PLN 59/10). A primeira já ocorreu ontem à noite.

Na tentativa de votar a proposta, a CMO deve realizar hoje quatro reuniões: às 10h, às 14h, às 18h e às 20h, no Plenário 2 do Anexo II da Câmara dos Deputados. Caso

não consigam votar a proposta hoje, deputados e senadores podem fazer novo esforço concentrado amanhã, quando estão agendadas mais quatro reuniões nos mesmos horários de hoje.

Para amanhã está prevista a análise, pelo Plenário do Congresso Nacional, do substitutivo apresentado por Serys Slhessarenko junto com o relatório final. Essa votação deve encerrar as atividades do Congresso Nacional este ano.



Presidente da CMO, Waldemir Moka (à esq., com Serys Slhessarenko): comissão agendou oito reuniões para hoje e amanhã

Para relatora, investimento está distante do necessário

A RELATORA-GERAL DO Orçamento da União para 2011, senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), afirmou que o valor previsto para investimentos diretos no parecer apresentado ontem à Comissão Mista de Orçamento (CMO) corresponde a apenas 4% do total e está distante das necessidades do país para eliminar os gargalos de infraestrutura que dificultam o desenvolvimento econômico.

Com o aumento de R\$ 12,1 bilhões viabilizado por emendas parlamentares, o valor destinado a investimentos é 7,6% superior ao previsto no projeto original. Caso o Congresso Nacional confirme a previsão de aprovar amanhã o substitutivo de Serys, o Orçamento da União terá no próximo ano receitas de R\$ 2,073 trilhões.

Cerca de um terço desse valor (R\$ 678 bilhões), porém, tem caráter meramente contábil, por se destinar ao refinanciamento da dívida pública

mobiliária federal. Quase 83% das despesas primárias são de caráter obrigatório, o que, na avaliação da relatora-geral, evidencia "o elevado grau de rigidez orçamentária".

Mesmo dentro de limites estreitos, os parlamentares fizeram várias mudanças, como a ampliação de recursos destinados ao Sistema Único de Saúde (SUS) em mais de R\$ 1 bilhão, o que deve atenuar distorções na distribuição, aos estados, do dinheiro para custeio de procedimentos de média e alta complexidade.

Também por força das mudanças feitas no Congresso, duas iniciativas na área social devem ser reforçadas – o programa Bolsa Família, com mais R\$ 1 bilhão (totalizando R\$ 14,4 bilhões), e o atendimento de demandas judiciais de aposentados e pensionistas, com R\$ 2,5 bilhões. O socorro a vítimas de calamidades públicas terá R\$ 20 milhões.

Outra mudança na proposta permitirá a transferência de

R\$ 3,9 bilhões a estados e municípios a título de compensação por perdas causadas pela desoneração tributária de produtos para exportação (Lei Kandir).

O arredondamento do valor do salário mínimo (de R\$ 538,15 previstos no texto do Executivo para R\$ 540, como consta do substitutivo) exigiu recursos no montante de R\$ 853 milhões.

No substitutivo estão previstos ainda R\$ 63,5 bilhões para investimentos, contra R\$ 51,4 bilhões da proposta original do governo (PLN 59/10). Desse total, R\$ 25,9 bilhões destinam-se a ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Estão alocados ainda R\$ 107,5 bilhões para investimentos de 110 estatais – área não modificada pelo Congresso. A maior parte vai para empresas vinculadas ao Ministério de Minas e Energia (R\$ 99,4 bilhões), seguidas pelas dos ministérios da Fazenda (R\$ 3,8 bilhões) e da Defesa (R\$ 2,2 bilhões).

Para Alvaro, balanço de Lula é "escárnio"

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) criticou o registro em cartório, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de documentos contendo os atos do seu governo. Segundo o parlamentar, "o balanço fica na conta do escárnio, do acinte, do deboche, porque é extremamente ficcional".

Conforme o líder do PSDB, Lula coloca em seu balanço "obras não realizadas" como as ferrovias Norte-Sul e Transnordestina e as hidrelétricas de Girau e Santo Antônio. Outras, como o trem-bala e a usina de Belo Monte "não passam de promessas já adiadas".



Alvaro: balanço inclui promessas e obras não realizadas



Gilvam Borges avalia bem os oito anos de Lula no Planalto

Gilvam elogia eficiente uso de recursos

Gilvam Borges (PMDB-AP) fez ontem um balanço dos oito anos de governo Lula, classificado de "eficiente na alocação dos recursos públicos, na manutenção da estabilidade econômica, na redução do desemprego, no aumento do poder aquisitivo e na oferta de serviços básicos à população".

Gilvam Borges lembrou que os programas de transferência de renda diminuíram a quantidade de pessoas abaixo da linha de pobreza no país.

Na área econômica, Gilvam citou como ponto positivo a manutenção das metas de inflação.

Kátia destaca programas ambientais

Kátia Abreu (DEM-TO) destacou ontem uma série de medidas implementadas pelo Brasil na área ambiental que, segundo ela, tiveram boa aceitação na 16ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-16), em Cancún, no México, no início deste mês.

A senadora citou o compromisso de reduzir as emissões de carbono, sobretudo na área da atividade agrícola, com o lançamento do programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC) e a adoção de metas de redução de desmatamento.



Para Kátia, projetos do país foram bem aceitos na COP-16



Senador aponta "manobras contábeis" do governo Lula

Reequilíbrio fiscal é a saída, diz ACM Júnior

Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) defendeu ontem o reequilíbrio fiscal como forma de o país retomar o caminho do desenvolvimento. Para ele, a gestão econômica de Lula é caracterizada pela "euforia", pois o crescimento do produto interno bruto (PIB) está sendo puxado pelo aumento dos gastos de custeio e pelo consumo.

O senador citou como um dos sintomas do descontrole de gastos as manobras contábeis do governo, como o uso da receita da concessão do pré-sal – ainda não realizada – para elevar artificialmente o superávit primário.

Fátima: direitos humanos não são respeitados

A senadora Fátima Cleide (PT-RO) criticou ontem o pequeno progresso alcançado no mundo nos últimos anos com relação à questão dos direitos humanos. Segundo ela, quase nada há para se comemorar, no âmbito internacional, tendo em vista as contínuas violações de direitos de mulheres, homossexuais, indígenas, pobres, negros e estrangeiros, mesmo em países desenvolvidos.

Com relação ao Brasil, Fátima Cleide reconheceu a necessidade de avanços, mas destacou importantes ações nos oito anos do governo Lula.



Fátima Cleide: contínuas violações em todo o mundo



Mozarildo critica tarifas altas e descaso com os usuários

Mozarildo pede respeito com passageiros

Descaso, arrogância, prepotência e escárnio. Segundo o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), é dessa forma que as principais empresas aéreas brasileiras e os órgãos do governo que respondem pela fiscalização da aviação civil tratam os passageiros.

Indignado com o caos que já começa a se manifestar nos aeroportos, ele exigiu, em discurso, respeito com o usuário.

Segundo o senador, as empresas aéreas brasileiras cobram as maiores tarifas em todo o planeta, mas ficam devendo muito em conforto e eficiência,

As principais novidades do novo CPC

Aprovado na semana passada pelo Plenário do Senado, o projeto de novo Código de Processo Civil (CPC) que será discutido pelos deputados traz uma série de novidades destinadas a acelerar e tornar mais eficiente a prestação de serviços do Poder Judiciário. Redução de recursos, simplificação de

procedimentos e mais segurança às partes do processo judicial são algumas delas. O *Especial Cidadania* selecionou nove dos principais mecanismos propostos no texto substitutivo ao projeto original, elaborado pelo relator, Valter Pereira (PMDB-MS), e aprovado pelos senadores. Entre as melhorias introduzidas nos procedimentos

legais, estão o acesso do cidadão à lista de prioridades nos processos a serem julgados por um determinado juiz, o estímulo à conciliação para reduzir o número de causas e aperfeiçoamentos em relação a questões rotineiras como o divórcio, a pensão alimentícia, a penhora de bens e o inventário.



TRANSPARÊNCIA

O projeto viabiliza a possibilidade de o cidadão saber a ordem dos processos que estão sendo julgados pelos juízes, desembargadores e ministros de tribunais superiores e localizar em que lugar se encontra o seu processo. Essa medida evita a fila de pedidos nos fóruns, de acordo com o coordenador da equipe técnica que assessorou a relatoria da reforma do Código de Processo Civil (CPC), Luiz Henrique Volpe Camargo. A prioridade é definida pela ordem de remessa ao gabinete do magistrado. Conforme dispositivo do artigo 12 do substitutivo, a lista de processos aptos a julgamento deverá ser permanentemente disponibilizada em cartório, para consulta pública. "O projeto garante ao cidadão o mínimo de previsibilidade quanto à possível data de julgamento do seu processo", explica Camargo. Essa regra, no entanto, não vale para alguns casos, como quando houver o julgamento de processos em bloco para aplicação da chamada resolução de demandas repetitivas ou em recurso repetitivo.

Saiba mais

O que mudou

Quadro comparativo entre o Código de Processo Civil (CPC) em vigor, o anteprojeto dos juristas apresentado por José Sarney (PLS 166/10) e o substitutivo de Valter Pereira aprovado pelo Senado e enviado à Câmara: <http://migre.me/355xw>



CONFIRA A ÍNTEGRA DO ESPECIAL CIDADANIA EM WWW.SENADO.GOV.BR/JORNAL



ALIMENTOS

Os acordos na área de alimentos, estabelecidos nos divórcios firmados em cartório, se descumpridos, também sujeitam os devedores à pena de prisão pelo prazo de um a três meses. Essa mudança contida no projeto do novo CPC deve estimular os divórcios extrajudiciais. Segundo Camargo, atualmente não há como punir com a prisão o devedor que descumprir os

acordos de alimentos firmados em cartório, porque não são homologados pelo juiz. Em função disso, acrescenta o assessor, são poucos os casais que têm procurado os cartórios para se divorciar. O projeto garante a execução de títulos executivos extrajudiciais (artigos 867 a 869 do substitutivo). Quando for obrigação alimentícia, o juiz mandará intimar pessoalmente (artigo 514) o devedor para que ele pague ou apresente em três dias os seus motivos. Em outros

casos, o juiz intima o advogado do devedor (artigo 500). Isso vai evitar, conforme Camargo, manobras para fugir da Justiça, como dar endereço falso ou se ausentar do endereço descrito no processo. Se for representado pela Defensoria Pública ou não tiver advogado, o devedor será intimado por carta. No entanto, essa intimação será considerada realizada se a mudança de endereço não for comunicada pelo devedor.



INVENTÁRIO

Dívidas com a Fazenda Pública em qualquer esfera (municipal, estadual e federal) não serão mais impedimento para finalizar o processo de inventário, com a partilha de bens, desde que haja comprovação de que o espólio tem condições de reser-

var bens para a quitação dos débitos (artigo 640 do substitutivo). Atualmente, o processo só avança quando a dívida for paga. Em função dessa exigência, há inventários que se arrastam por muitos anos. Outro dispositivo permite ao juiz fixar multa de até 3% do valor dos bens inventariados quando o inventariante for relapso (artigo 611). Atualmente, a legislação determina que ele seja removido.

O texto encaminhado à Câmara prevê que, além disso, ele seja multado. A medida visa estimular a atuação dos inventariantes para dar andamento ao inventário. O arrolamento, que simplifica e agiliza os inventários, poderá ser adotado mesmo quando envolver interesses de menores, desde que o Ministério Público e todos os demais interessados estejam de acordo.



AMIGO DA CORTE

O projeto abre espaço para maior participação de especialistas e entidades especializadas para auxiliar o juiz com subsídios quando houver temas muito específicos ou repercussão social da controvérsia (artigo 322). A figura do *amicus curiae* (amigo da corte) já existe – com outra denominação –, mas para fase de recurso. Agora, segundo Camargo, admite-se essa colaboração para todas as fases do processo.



MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO

O projeto define regras para a utilização desses instrumentos considerados pelos especialistas como os mais eficazes para solucionar conflitos, construir entendimentos duradouros e desafogar o Judiciário. (Leia mais no Especial Cidadania nº 333, em <http://migre.me/30VQo>)



DIVÓRCIO

O texto do novo CPC deixa claro que não há mais possibilidade de optar pela separação judicial, reforçando o objetivo dos legisladores na Emenda Constitucional 66/10, conhecida como PEC do Divórcio, que acabou com a exigência da separação judicial prévia por mais de um ano ou da separação de fato por mais de dois anos para que os casais consigam se divorciar. A palavra separação foi suprimida na seção IV e no artigo 697. A única referência que permanece no CPC (artigo 164) resguarda os processos anteriores à Emenda 66, esclarecendo que eles continuam correndo em segredo de Justiça.



INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS

Criado pelo novo CPC, o dispositivo foi inspirado no *Musterverfahren* do Direito alemão. Cabe a sua aplicação "sempre que for identificada controvérsia com potencial de gerar relevante multiplicação de processos fundados em idêntica questão de direito", explica Camargo. Tem legitimidade para suscitá-lo o juiz ou relator, as partes, o Ministério Público ou a Defensoria Pública. O dispositivo pode ser aplicado nas relações de

consumo – como o questionamento sobre cobrança tida como indevida em contas telefônicas. Pelo substitutivo (artigo 938), o tribunal de segundo grau definirá o posicionamento jurídico a ser adotado na sua jurisdição quando houver multiplicidade de demandas sobre a mesma controvérsia. Essa tese terá de ser seguida por todos os tribunais de primeira instância. Havendo recurso, o posicionamento dos tribunais superiores prevalecerá para todo o território nacional, seguindo o espírito da súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal (STF).



HONORÁRIOS RECURSAIS

Nova regra remunerará os advogados pelo trabalho adicional em segundo grau no STF e no Superior Tribunal de Justiça. Pode ser um fator de desestímulo aos recursos protelatórios, já que se a parte perder em primeiro grau e depois no tribunal de segundo grau, terá que pagar verba honorária adicional até o limite total de 25% do valor da causa (artigo 87 do substitutivo), conforme o assessor Luiz Henrique Volpe Camargo. O beneficiário será o advogado da outra parte.



COBRANÇA

O projeto aperfeiçoa a execução de dívidas por meio da penhora online, mecanismo pelo qual o juiz manda ordem ao Banco Central para bloquear contas do devedor em instituições financeiras. Com regras detalhadas (artigo 810), o texto deixa claro que o executado não deve ter conhecimento prévio da decisão do juiz, para evitar que o devedor possa retirar o dinheiro depositado nos bancos. Também limita a indisponibilidade ao cobrado na execução, fixando 24 horas para o juiz determinar o cancelamento do que exceder esse valor e igual prazo para as instituições financeiras desbloquearem o dinheiro. Atualmente, o juiz expede a ordem de penhora e o valor pode ser bloqueado em várias instituições ao mesmo tempo, podendo provocar, inclusive, a insolvência do devedor. Estima-se, segundo Camargo, que essas penhoras múltiplas correspondam a 6% do total de penhoras. O projeto introduziu regra (artigo 865) para quando houver vários credores e o patrimônio do devedor for insuficiente para honrar essas dívidas. O juiz determinará partilha proporcional ao valor de cada crédito, após ouvir os credores e o executado.